

A dívida ainda *externa* espera soluções

Moisés Rabinovici, de Washington.

As negociações da dívida brasileira, interrompidas na semana passada, começaram ontem, em Nova York, com um curto encontro do qual representantes do Brasil e do Comitê de Bancos Credores saíram com a mesma informação para a imprensa:

"Precisaremos de mais alguns dias para fechar o pacote".

As negociações tinham sido suspensas, no dia 17, com a volta dos negociadores brasileiros ao Brasil, por causa de um impasse quanto ao vínculo entre os desembolsos dos bancos comerciais e o cumprimento de metas de um programa do FMI (Fundo Monetário Internacional), pretendido pelos banqueiros. O Brasil teria proposto um "vínculo flexível", pelo qual os acordos com os bancos e o FMI coexistiriam, sem a interrupção automática de desembolsos caso alguma meta não fosse cumprida.

"Temos que ouvir o que os negociadores brasileiros vão nos dizer, agora que voltaram de alguns dias de consultas em Brasília" — disse um banqueiro do comitê ao **Jornal da Tarde**.

Outro problema das negociações continua sendo a cláusula do acordo que prevê a penhora liminar de bens brasileiros caso os pagamentos sejam suspensos. E mais um, ainda, é o papel que o Banco Mundial poderia assumir, dando as garantias pedidas pelos credores japoneses, mas questionadas principalmente pelo governo americano, ou entrando com co-financiamentos ou financiamentos paralelos. Nenhum desses dois pontos evoluiu ainda na direção de uma solução.

Salvar os bancos

O final das longas negociações entre o Brasil e seus credores está sendo aguardado como um marco na crise da dívida. Se o Comitê de Bancos Credores, depois de fechado o pacote, conseguir coletar o US\$ 5,2 bilhões (Cz\$ 821 bilhões) prometidos, entre mais de 600 bancos espalhados pelo mundo, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, terá motivos para celebrar: será uma vitória para seu plano de alívio da dívida e crescimento dos países em desenvolvimento com a injeção de mais dinheiro, em troca de mercados mais abertos e reformas econômicas.

Se o pacote brasileiro, fechado, não receber a adesão da comunidade bancária, um grupo de democratas dentro do Congresso americano, apoiado por vários economistas, sairá reforçado: sua tese é a de que a dívida do Terceiro Mundo tornou-se impagável, e que o melhor a fazer será reduzi-la, repassando parte dela a terceiros, no mercado secundário, ou mesmo pressionando os bancos a perdô-la parcialmente.

O choque destas duas abordagens, no Congresso americano, tem impedido que os Estados Unidos deem sua contribuição ao aumento de capital do Banco Mundial de US\$ 75 bilhões (Cz\$ 11,8 trilhões), nos próximos seis anos. A participação americana seria de US\$ 420 milhões (Cz\$ 66,3 bilhões), mas uma primeira parcela, de US\$ 70 milhões (Cz\$ 11 bilhões), foi rejeitada pela Câmara. Um grupo de 13 senadores, da direita à esquerda, propôs usar "em casa" esse dinheiro recusado ao Banco Mundial, que "subsidiaria o crescimento desnecessário da produção estrangeira, criando desemprego nos Estados Unidos". O **The Washington Post**, num editorial, contesta o argumento, dizendo que "este é um ponto de vista estreito, protecionista, que ignora os empregos criados pela expansão do comércio".

A alternativa a novos empréstimos seria pior, como dizem os defensores do Plano Baker. O perdão parcial da dívida desestimularia a economia dos países endividados e cobraria uma participação do contribuinte para salvar os bancos. O Departamento do Tesouro, o Banco Central americano (Federal Reserve) e instituições governamentais parecem dispostos a pressionar para que os credores do Brasil apóiem rapidamente o pacote sendo fechado em Nova York. E isto terá que ser feito antes que algum outro grande devedor amplie a crise, criando uma perspectiva para uma revolta geral dos países endividados. Como disse um especialista em América Latina da Universidade Johns Hopkins, Riordan Roett, ao **The Washington Post** de ontem:

"O Brasil pode ser ruim, mas a Argentina será pior".